

## ENTRE A LIBERDADE E O MAL: AS CONCEPÇÕES DE IMMANUEL KANT E PAUL RICOEUR SOBRE A NATUREZA INERENTEMENTE MALIGNA\*

BETWEEN FREEDOM AND EVIL: IMMANUEL KANT'S AND PAUL RICOEUR'S CONCEPTIONS OF THE INHERENT EVIL NATURE

René Armand Dentz Jr.\*\*

### RESUMO

Este artigo examina as concepções de Immanuel Kant e Paul Ricoeur sobre o mal, destacando como ambas se relacionam à liberdade e ao livre-arbítrio. Kant entende o mal como uma propensão inata da razão prática, internalizando-o como escolha originária da vontade, e não como influência externa. Essa ideia desafia tradições que associam o mal à corrupção ou desordem alheia ao sujeito. Ricoeur, por sua vez, amplia essa abordagem ao integrar hermenêutica, fenomenologia e simbólica, tratando o mal como experiência fundante da subjetividade, expressa em narrativas, mitos e símbolos culturais. Para ele, o mal afeta não apenas a moralidade, mas a estrutura mesma do eu e sua relação com o outro. Ambos os autores, assim, desestabilizam concepções clássicas de culpa e redenção, propondo que o mal deve ser compreendido como dimensão constitutiva da existência humana. O artigo sugere, portanto, que pensar o mal é pensar a própria condição da liberdade.

PALAVRAS-CHAVE: mal; livre arbítrio; liberdade; hermenêutica; fenomenologia.

### ABSTRACT

This article examines the conceptions of evil in the thought of Immanuel Kant and Paul Ricoeur, highlighting how both relate it to human freedom and the foundations of free will. Kant view evil as an innate propensity of practical reason, internalizing it as an original choice of the Will rather than an external influence. This notion challenges traditional views that associate evil with corruption or disorder external to the subject. Ricoeur, in turn, expands this approach by integrating hermeneutics, phenomenology, and symbolism, treating evil as a foundational experience of subjectivity, expressed in narratives, myths, and cultural symbols. For him, evil affects not only morality but the very structure of the self and its relation to the other. Both thinkers, therefore, destabilize classical conceptions of guilt and redemption, suggesting that evil must be understood as a constitutive dimension of humane existence. The article argues that thinking about evil is inseparable from thinking about freedom itself.

KEYWORDS: evil; freewill; freedom; hermeneutics; phenomenology.

---

\* Artigo recebido em 06/05/2025 e aprovado para publicação em 20/06/2025.

\*\* Doutor em teologia pela FAJE. Mestre em Filosofia PUC-Campinas. Bacharel e Licenciado em Filosofia UFJF. Professor do Departamento de Filosofia da PUC Minas. E-mail: [dentz@hotmail.com](mailto:dentz@hotmail.com).

## INTRODUÇÃO

A concepção do mal é uma parte central de várias tradições filosóficas, ganhando um papel especialmente importante nas obras de Immanuel Kant e Paul Ricoeur. O esforço por trás do entendimento do mal permeia a discussão filosófica e permeia a investigação ética, metafísica e teológica. Agostinho, por exemplo, descreve a ideia da humanidade começando com a inocência, só se tornando corrompida por meio de seus atos malignos – a que, o leitor atento pode reconhecer inspiração para a doutrina do pecado original. Este conceito é abordado por Kant, cujo pensamento é posteriormente reimaginado e expandido por Ricoeur, que aborda a ideia de mal não como uma anomalia criada por Deus após a criação, mas como uma mentalidade fundamentalmente humana. Essas são as premissas para nossa proposta de análise.

Kant (2007), com sua abordagem transcendental, argumenta que o mal não pode ser entendido através de etiologia temporal ou empírica. Em vez disso, ele descreve uma tendência para o mal como inerente à razão prática em si. Esta é a mentalidade prévia por trás de cada escolha moral errada, o que se opõe à ideia de pureza original. Por meio de sua hermenêutica e fenomenologia, Ricoeur expande essa lógica pela análise de como essa tendência se mostra em discursos sociais, narrativas e outras expressões simbólicas. Ele estuda como a manifestação do mal está associada com a capacidade humana de agir e sofrer.

Portanto, a proposta deste ensaio é reinterpretar e expandir as noções de mal de Kant e Ricoeur, especialmente como elas se relacionam com a própria essência da liberdade humana e com sua agência moral. Assim, ao investigarmos como os filósofos conceituam e se relacionam com o mal em suas filosofias, inserimo-nos no contexto de concepções éticas contemporâneas, desenvolvimentos e desafios, considerando sua aplicabilidade em nossa compreensão moral, responsabilidade e abordagem ao mal. No contexto, podemos desbloquear as ideias sobre liberdade e mal, levando à complexidade da condição humana e desafiando-nos a reimaginar nossas ideias sobre moralidade, culpa e redenção.

## 1 AS ANTROPOLOGIAS DO MAL

Em relação à já mencionada compreensão agostiniana para a qual nascemos bons e, a partir de uma ação, nos tornamos maus, Kant manterá um caminho radicalmente diferente em

eleger a origem racional: o mal é insólito. O mal está nos limites da razão. Por sua vez, Ricoeur afirma que para Kant “a razão de ser é que não há, nos limites da pura razão, resposta possível para a origem do mal, nem para a tendência, em o homem, para agir mal”; se fosse assim, diferente do que as narrativas bíblicas interpretadas por Agostinho sugerem, que seria de inocência desviante, com a filosofia kantiana poderíamos pensar a propósito do humano que habita em nós como uma propensão inata a transgredir, que talvez poderia ser entendida como uma volição específica que possuísse uma considerável resistência ao bem. Inferimos o mal, portanto, não pelo pecado, mas por essa propensão que torna possível o surgimento da liberdade. O mal de modo algum é origem, no sentido temporal do termo: é somente a suprema máxima que serve de fundamento subjetivo último a todas as más máximas de nosso livre-arbítrio; esta máxima suprema fundamenta a propensão ao mal em todo o gênero humano: ao lado da predisposição ao bem, construtiva da boa vontade. Mas a razão de ser do mal radical é “insondável”: não só não poderia existir nenhum conhecimento além deste [do mal], como não existiria para nós uma razão compreensível para que soubéssemos de onde tal mal moral se pressupusesse em nós.

Em outras palavras, deve-se afirmar que a origem do mal não pode ser perguntada no âmbito temporal perante a contingência do homem, porque o fundamento de seu agir livre é a própria liberdade. Portanto, não podemos perguntar de onde vem este ato no tempo, mas apenas a sua origem racional. A originalidade do conceito kantiano é a afirmação da autonomia do homem em relação às regras da lei moral quanto à capacidade de gerar o mal em si mesmo, bem como a de possuir uma lei de escolha na natureza humana, ou seja, o livre arbítrio, pela qual é possível imputar qualquer ato em desacordo com o comando moral. O pressuposto da mancha e pecado, ativado no desenvolvimento do sentimento de culpa, permite uma dinâmica em torno dos símbolos do mal. A mancha e o exílio do pecado, somados à subjetividade, revelam que o fardo da consciência culpada, essa escravidão que padece e simboliza seu mal, é a contaminação adquirida. Por tal, o símbolo do erro desloca o conceito de um ser humano aprisionado e responsável. Surge assim a imagem de um homem escravo de sua liberdade, ou o conceito de servo-livre-arbítrio de Paul Ricoeur. O deslocamento para outra dimensão envolve a gradação sucessivamente aceita da capacidade enquanto potência, tornando este aspecto da potência do perdão crucial. Assim, a relação será responsável pela “profundidade do mal”, pela “potência da vida”, em um enquadramento fenomenológico do ser capaz. Essa mudança linguística continua em a análise final de *La*

*symbolique du mal* (Ricoeur, 1960), para o ‘homem que sofre e age’, ele enfatiza a predominância do mal sofrido.

Ricoeur se concentra, aqui, no fato de que o mal inunda a indagação filosófica sobre a culpabilidade, tornando-a implícita em uma lógica teleológica da justiça e da sanção. O fato de o ponto de partida da filosofia constituir um problema não significa que ele seja colocado para si mesmo na forma de uma implicação lógica, mas, ao contrário, significa que o mal é um fator primário na linguagem que o articula, na ocorrência da confissão, e que é sobre este fundamento que o filósofo francês encontra o discurso bíblico e o trágico – exemplos do tipo exemplar do que ele chama de fontes não filosóficas da filosofia – como expressão simbólica e indireta de experiências de culpabilidade. O mal não é um problema, mas um destino de pensamento em que o pensamento, ação e sentimentos são interconectados e requerem uma conversão espiritual, do pensar, do agir e do sentir. Duas ideias parecem particularmente interessantes de manter a partir da obsessão de Paul Ricoeur em querer evidenciar o mal como escândalo: uma de natureza religiosa, em que a salvação passa pela possibilidade de sentido da fé em Deus ao mesmo tempo que o mal; e outra, de natureza histórica e cultural, entendendo que o valor da palavra pode redizer o mal ocorrido.

O problema se torna extensivo para Ricoeur (1969) através dos recursos de uma fenomenologia da experiência do mal. Para começar, ele faz a distinção entre o mal moral, o sofrimento e o pecado. O primeiro, sob uma terminologia religiosa, seria o pecado, o que faz com que a ação humana seja responsabilidade, ou seja, como uma acusação: “é quando se atribui a um tentador responsável uma ação que pode ser julgada moralmente” (Ricoeur, 1969, p. 54). Portanto, por exemplo, eu poderia dizer que é somente no caso do mal moral que o perdão se torna fundamentalmente possível. É, assim, uma polaridade entre o pecado e o sofrimento e o sofrimento e a violência. Apesar de a polaridade entre pecado e sofrimento, mal moral e sofrimento, desde o início o mal é estendido como uma raiz comum do pecado e do sofrimento. Isso significa que podemos alcançar tal nível por meio do sofrimento por chegar a compreender a situação humana em sua profunda unidade. De acordo com Ricoeur, a violência é a causadora raiz do sofrimento. Podemos concluir que, se o mito dá a pensar é porque ele por si interpreta outros símbolos. No que tange à sua reparação já num segundo nível, nos símbolos mais intelectualizados de “pecado original”, se reserva para uma investigação ulterior. Portanto, “todo mal” sucumbe a uma visão puramente moral do mal, levando a uma visão penal da história: não pode haver “alma” incriminada injustamente como foi lançada para a infelicidade. No entanto, para fazer valer seriamente a afirmação de que

tudo sofrimento é a retribuição do pecado, será necessário dar à retribuição uma dimensão acima dos indivíduos, e esta é a resposta da doutrina ao pecado original. Será a experiência do pecado tanto individual como comunitária, a experiência do erro do homem diante da potência do mal que já estava ali, antes de qualquer maldade.

O mal, portanto, é de maneira nenhuma uma origem, no sentido temporal de um começo; é por outro lado a máxima suprema *a posteriori* que serve como o *a priori* subjetivo último de toda a máxima maldade da liberdade do arbítrio nossa: essa máxima suprema explica a disposição do mal em toda a raça humana, “em oposição” ao fim, determinante da vontade boa. Mas o porquê desse mal radical é insensato: “não há para nós, em nossos meios, motivos compreensíveis para saber de onde o mal moral pode inicialmente nos vir”. Por um lado, então, em *Finitude et culpabilité II* (1960), temos uma transformação do pensamento de Ricoeur da fenomenologia para a hermenêutica, embora o campo fenomenológico nunca desaparecerá completamente de seus escritos. Precisamente, a realidade do homem concreto que se confessa culpado só pode ser abordada com recurso a uma interpretação simbólica, tal como explicitado na análise dos símbolos primários do mal. Ricoeur, em seguida, rejeitando a concepção da finitude como uma propriedade estrutural do homem moderno, defende, em vez disso, a noção de uma natureza humana que é ao mesmo tempo finita e infinita, um paradoxo que implica que o homem não é menos infinito, como ele é finito. Ou melhor, uma finitude sempre transcende a si mesma ou uma infinitude sempre a limita, levando o homem ao “pós da racionalidade”, à plenitude e à felicidade, mas também ao confinamento de seus horizontes, à negatividade do desejo e à fatalidade da morte. Isso se torna interação simbólica; culpa e salvação ligadas uma a outra por sempre. Daqui deriva o conceito de perdão, que nunca poderia existir sem essa ligação e, em nenhuma circunstância sem a promessa de liberdade que ele envolve. A liberdade de feitos da vontade não é o suficiente em si mesma para interpretar-legitimar na reflexão o ponto de vista indiscutível em que me põe o juízo de Deus.

Desse modo, Ricoeur (1990) apresenta as contradições da própria modernidade, buscando enriquecer o seu conceito de racionalidade, expondo seus limites. Para isso, propõe um “enxerto hermenêutico” como compreensão às múltiplas expressões do sentido do símbolo como o instante da autocompreensão. Mas é o próprio sujeito que se autocompreende ao interpretar os sinais de que não é mais o cogito: é um existente que se encontra e descobre, por meio da exegese da própria existência, que é posto no ser antes de seu próprio ato e de se possuir. Assim a hermenêutica descobriria uma “maneira de ser” que constituiria um ser

interpretado de alto a baixo. Unicamente a reflexão, anulando-se na “atitude medida”, pode reconduzir às raízes ontológicas do compreender. Uma pergunta importante nesse estudo dos símbolos do mal seria pela fundamentação de toda simbólica. Aqui vence, segundo Ricoeur, a interpretação ética do mal e do mundo. Logo, entramos no conceito de servo-arbítrio. Essa visão é enriquecida pelos símbolos primários e pelo mito adâmico. A visão ética do mal é entendida por Ricoeur como uma interpretação em que o mal é função da liberdade, o mal não em liberdade. A liberdade da vontade excita-se, o seu poder é, de início, um poder de distanciamento, uma falta (o mal, a aqueda) de subversão e relação. Desse modo, a simbólica do mal significa a afirmação de uma provisão ética do mal e do mundo. No entanto, a consciência moral esteve por muito tempo aprisionada a uma versão cultural do mal. O projeto ricoeuriano de uma simbólica do mal, tendo em vista elementos trágicos, mas não menos éticos, se mostra enquanto última afirmação da liberdade humana. Isso se dá porque o horizonte simbólico é propriamente um horizonte hermenêutico.

Gostaria de experimentar uma outra eventual via, a de uma interpretação criadora, de uma interpretação que respeita o enigma dos símbolos, se deixa ensinar por ele, mas que daí, contudo, organize sentido, forme o sentido, na plena responsabilidade de um pensamento autônomo. Será então que o mal, como contingência, não se transformaria em “necessidade” diante dessa busca pela plenitude por parte da experiência espiritual do ser humano? (Ricoeur, 1986, p. 295). O projeto simbólico de Ricoeur o conduziu a quatro categorias que ligavam a experiência do mal ao movimento de reconciliação. A primeira, a categoria “apesar de” expressão da esperança, da reconciliação “apesar do” mal. Este “apesar de” é uma espécie de “graças a” segundo categoria do mal como intrínseco à história do ser. Portanto, podemos mencionar ainda uma terceira categoria de um “quanto mais”, porque o mal não aparece como deserção da realidade humana. Se é radical da história, é porque radica no ser, daí o “quanto mais”, a bondade originária do homem, sua capacidade de reconciliação. Pois, se assim, embora a liberdade humana encontre uma dimensão de servidão como unidade dos símbolos do mal, encontra da mesma forma em seu horizonte um “quanto mais”.

## **2 OS SÍMBOLOS DO MAL E O LIVRE-ARBÍTRIO SERVIL: KANT E RICOEUR**

Ricoeur (1998) examinou a percepção do livre-arbítrio servil por meio de uma interpretação simbólica sobre o mal: o ser humano como servo em sua servidão, chamado a

servir seu próprio livre-arbítrio. De outra forma, o simbólico enfrenta “um enigma e é suscetível de gradação” e esclarece que cada ato humano já está infectado pelo mal em sua origem. Para decifrar a incapacidade do livre-arbítrio ou livre-arbítrio servil, Ricoeur (1960) avançou, apresentando sua *Simbólica do mal*. O exemplo da concepção a partir da queda explicou como os seres humanos provocaram o mal ao compreender seu poder como um inimigo ao qual sucumbem. Assim que entendemos cada falta de justificativa para o mal como um mistério insolúvel, como podemos afirmar o livre-arbítrio que, ao ser compreendido, está atrelado ao mal? A solução de Ricoeur é que esse livre-arbítrio exala condições servis; em outras palavras, um paradoxo no qual o livre-arbítrio realizado é escravizado por suas escolhas. Essa natureza dual do mal e do bem significa que, enquanto o mal é real, o bem é mais real.

Portanto, a visão kantiana de relações do mal com a liberdade e da liberdade com o mal conclui no conceito de servo-arbítrio, já que o homem precisa descobrir sua liberdade, que ele percebeu estar perdido só depois de perdê-la. Assim, a servidão levanta a presunção de liberdade, e o assunto da liberdade como um assunto de salvação presume um servo anterior. O homem, embora não seja a criação de mal, é ainda, na prática, o que ele expressa em seus atos existenciais e que são derivados de sua liberdade. Como sugere nosso filósofo, considerar o mal a partir do ponto de vista da ação do mal e da confissão do pecado é declarar a liberdade e a responsabilidade humanas, para reconhecer que está na mão do homem evitar o mal; ele vem à existência do homem, seja como objeto, ou sujeito, e a confissão é uma ferramenta com a qual a vontade expressa pecado, culpa e sofrimento. Sem a confissão, a raça do *self* não ocorre, porque as emoções inúteis permanecem selvagens. A cadeia da adoção é que a linguagem acusa a emoção; a confissão traz a consciência dessa aceitabilidade ao próprio discurso, que faz do homem uma palavra, mesmo atrás da grade do absurdo. Portanto, ele associa o conceito de uma derrota culpada de impossibilidade de nascimento aos contextos gnósticos, uma vez que o conteúdo é negado e a forma é mantida, o mito é racionalizado.

### **3 A FILOSOFIA DE KANT COMO FONTE DE INSPIRAÇÃO PARA RICOEUR**

As contribuições de Paul Ricoeur são múltiplas, e seu método unificador desafia os leitores a distinguir entre suas principais influências e a singularidade de sua abordagem. Esta contribuição revisita as fundações intelectuais de Ricoeur, focando principalmente no lado de seus estudos sobre filosofia da vontade de sua experimentação e na influência de Kant nessa

fase. Especificamente, nos concentramos no primeiro volume da segunda parte, “O homem falível”, que Ricoeur (1982) classificou como seu trabalho “mais kantiano”, conforme mencionado por Jean Greisch no prefácio. As questões para discussão são as seguintes: Como o “kantismo” se manifesta nesse trabalho? Quais são as implicações sistêmicas da reinterpretação e ajuste de Ricoeur do legado de Kant? E em que medida esse livro pode ser visto como “o mais kantiano” de Ricoeur? Abaixo, a análise é dividida em três partes: primeiro, exploramos a maneira como esse livro reflete a incorporação inovadora de conceitos kantianos fundamentais por Ricoeur; em segundo lugar, as quatro áreas-chave, nas quais Ricoeur marca avanços além de Kant, são examinadas e consideradas na análise; finalmente, esse livro é situado dentro do contexto das obras posteriores de Ricoeur. Assim como Kant considerou seu idealismo crítico como uma fundação para futuras discussões metafísicas, Ricoeur adota uma abordagem mais modesta, transformando o idealismo de Kant (2001) da *Crítica da razão pura* em uma antropologia filosófica que ele descreve como uma “antropologia da ‘desproporção’”, inspirada pela famosa frase de Pascal. Ricoeur reinterpreta o desequilíbrio de Kant entre sensibilidade e razão como uma dialética do finito e do infinito, influenciada por Jean Nabert, Husserl e a dialética de Hegel. Ou seja, pelo menos uma breve descrição dessas influências não pode ser dada aqui.

Tecnicamente, a leitura de Ricoeur do ser humano identifica uma polaridade entre a finitude teórica e o verbo infinito simplesmente como um mediador entre o finito infinito. Portanto, Ricoeur (2000) reformulou a dualidade de Kant entre sensibilidade e inteligibilidade, uma vez que não havia imaginação pura como fundação, mas como mediadora finito com infinito. No entanto, em termos de realidade, Ricoeur continuou a entender a finitude da personagem mediante sua nova maneira de lidar com a finitude teórica de juntar-se à finitude de seu personagem de três maneiras diferentes: afetiva, prática e a extensão da finitude teórica. Além disso, Ricoeur encontrou o infinito em a felicidade como um ideal não apenas pessoal de acordo com o infinito de Kant, mas também o infinito de toda a humanidade que excedeu as ideias kantianas. Por fim, Ricoeur explicou o mal no que diz respeito à proporcionalidade entre a realidade do mal, o mal da culpa e o mal exatamente como uma possibilidade que não requer exploração extensiva. Ricoeur assumiu uma posição mediadora entre Hegel e Kant para conciliar liberdade e mal numa visão ética do mundo ao atribuir ao homem o papel de vítima e autor do mal.

*O homem falível* (1982) mostra como Ricoeur interage e subverte Kant, propondo uma visão antropológica complexa que desafia a compreensão comum da ética e da condição

humana. Enquanto Kant (2001) viu seu idealismo transcendental como a base crítica de toda a futura metafísica, Ricoeur levou abordagem reformulando o transcendentalismo de *A crítica da razão pura* (Kant, 2001). Ele se baseia principalmente na filosofia reflexiva de Jean Nabert, na filosofia husserliana e na dialética de Hegel para rephrasear a dicotomia kantiana da sensibilidade e razão naquela de finito e infinito. Dessa forma, Ricoeur encarregou a dualidade tanto teoricamente quanto praticamente, levando em consideração limites humanos que influenciam nossa percepção e ação no mundo. Ademais, ele ressignificou a ideia kantiana de felicidade, reintroduzindo-a como parte indispensável de uma vida ética na forma do respeito por cada indivíduo. Assim sendo, a visão de Ricoeur não se limita aos reflexos da filosofia de Kant, mas a expande por meio de uma polaridade dinâmica entre finito e infinito e a individualidade e universalidade essenciais ao seu próprio pensamento filosófico.

Essa dupla desproporção, entre a finitude e o infinito, tanto no plano do teórico quanto no prático, é o que Ricoeur (1960) chama a falibilidade do homem. Enquanto enredado nessa desproporção, ele pode confundir parte com o todo, substituindo a finitude de sua perspectiva, de desejos e hábitos com o infinito que é a felicidade coletiva desejada. Aqui está o ponto controverso do argumento de Ricoeur. O problema é que, embora a provável existência da capacidade genuína de fazer o mal possa ser explicada da mesma maneira, a existência real do mal não pode, uma vez que a desproporção entre a finitude e o infinito explica apenas a possibilidade do mal, não o motivo principal de cometer o mal. A dualidade entre a capacidade e a realidade do mal é proposta por Kant na primeira metade de *Religião dentro dos limites da mera razão*, onde ele argumentava que o mal deve ser considerado apenas um mal moral, então completamente atribuível à liberdade, e que o primeiro ato inteligível que envolve uma máxima má provavelmente é incognoscível. Ricoeur está assim entre Kant e Hegel na definição “grandiosa e limitar uma visão ética do mundo”, que ele descreve como o “subtítulo secreto” de *Finitude e culpa*. A postura também imita Hegel em seus argumentos na *Fenomenologia do espírito*, na qual ele caçou de Kant ao denunciar uma separação absoluta entre moralidade e natureza, o último dos quais é unificado apenas de maneira ideal em *Vorstellung* no fim do mundo, enquanto o primeiro é sempre existente, mas inalcançável. Seguindo a tradição de Hegel, Ricoeur (1990) argumenta a visão ética do mundo como a sugestão da “relação do homem com o mal”. A grandiosidade dessa visão tenta penetrar seu significado, mas a realidade é que o homem tem relação tanto como uma vítima quanto como agressor. Para Ricoeur, o salto para a tragédia da “possibilidade do mal para a realidade do mal” é literal, ou melhor, um conjunto de “saltos”, à medida que se desativa da visão do mal

de Kant e da abordagem fenomenológica para examinar símbolos maléficos, discutidos no segundo livro de *Finitude e culpa*.

## CONCLUSÃO

A abordagem do mal de Immanuel Kant e Paul Ricoeur fornece um desafio único para uma das questões mais antigas e dolorosas da filosofia e da existência humana. A revelação de Kant do núcleo subjetivo e contingente do mal na liberdade insondável do livre-arbítrio abre caminho para uma compreensão mais rica das decisões morais humanas. Vivemos no mundo onde o mal é inerente; nesse sentido, as decisões e ações que tomamos estão inevitavelmente marcadas por essa característica. Sua importância não está na necessidade de evitar o mal, mas na imperatividade da subsistência ética por meio da autorregulação e autodesenvolvimento. Ricoeur estende essa ideia com sua vasta pesquisa em matérias de hermenêutica, símbolo e fenomenologia. Seu ponto de vista sobre o mal é muito complexo para ser limitado à esfera abstrata da metafísica. Encontra-se não só em verdades reveladas e palavras escandalosamente salvadoras, mas também em narrativas, cultura e experiência. Ao fazê-lo, ele não meramente inscreve o mal na humanidade, mas pela sua narrativa, cria um caminho para a recuperação por meio do mal. No final de nossa busca, é inegável que cada um desses pensadores oferece ferramentas indispensáveis à consideração do mal. Não é possível sequer conceituar o mal sem uma compreensão da natureza humana do livre-arbítrio, que é mais a batalha do bem e do mal do que um dom totalitário de escolha sem culpa. O mal – como delineado por esses homens – não só ilumina a complexidade de nossa condição, mas também fortalece a fome por uma vida mais justa e boa.

## REFERÊNCIAS

KANT, Immanuel. **Gundlegungzur Metaphysik der Sitten**. Stuttgart: Reclam, 2007.

KANT, Immanuel. **Kritik der reinen Vernunft**. Stuttgart: Reclam, 2001.

RICOEUR, Paul. **Finitude et culpabilité**. Paris: Presses Universitaires de France, 1982.

RICOEUR, Paul. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Seuil, 2000.

RICOEUR, Paul. **La symbolique du mal**. Paris: Aubier, 1960.

RICOEUR, Paul. **Le conflit des interprétations**. Paris: Seuil, 1969.

RICOEUR, Paul. **Le mal**: un défi à la philosophie et à la théologie. Genève: Labor et Fides, 1996.

RICOEUR, Paul. **Penser la Bible**. Avec André LaCocque. Paris: Seuil, 1998.

RICOEUR, Paul. **Soi-même comme un autre**. Paris: Seuil, 1990.